



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer nº 1280/2025/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 1736/2025 que “Declara de Utilidade Pública Estadual, “A COOPERATIVA DOS CRIADORES DE GADO PANTANEIRO DO MÉDIO PANTANAL LTDA”, com sede no município de Santo Antônio de Leverger-MT.”

Autor: Deputado Max Russi

Relator (a): Deputado (a) Edvardo Botelho

### I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 1736/2025, de autoria do Deputado Max Russi, que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Cooperativa dos Criadores de Gado Pantaneiro do Médio Pantanal – COOPERPANTANAL.

Em sua justificativa, argumenta o Autor:

A Cooperativa dos Criadores de Gado Pantaneiro do Médio Pantanal Ltda foi fundada em 27 de outubro de 2021, com nome fantasia denominado “Cooperpantanal” e possui a finalidade de ser sem fins lucrativos, possuindo personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.034.939/0001-42, com sede na Rodovia 040, S/Nº, Próximo ao Memorial Rondon, Distrito de Mimoso, no Município de Santo Antônio de Leverger-MT, CEP: 78.180-000.

Possui a finalidade de promover ações de apoio à pecuária com criação de bovinos para corte, atividades de apoio à produção florestal e fabricação de produtos de carne.

A entidade foi declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 1.412, em 05 de junho de 2023.

Por essas razões, devido ao trabalho desenvolvido pela “Cooperativa dos Criadores de Gado Pantaneiro do Médio Pantanal Ltda”, visando impulsionar ações de apoio à pecuária e por já ter o reconhecimento da Utilidade Pública Municipal aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei, que visa outorgar-lhe o título de Utilidade Pública Estadual.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



A proposição foi protocolada na Secretaria de Serviços Legislativos (SSL) em 05/11/2025 (fl. 02), lida na 74ª Sessão Ordinária, e cumpriu pauta em cinco sessões ordinárias subsequentes, de 12/11/2025 a 26/11/2025 (fl. 44v e tramitação).

Em consulta realizada em 10/11/2025 no sistema eletrônico de controle legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a SSL verificou a inexistência de proposições análogas ou conexas em tramitação, bem como de normas jurídicas estaduais vigentes que apresentem conteúdo idêntico ou similar ao do presente projeto (fl. 44).

Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 27/11/2025, para manifestação quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade (fl. 44v).

É o relatório

## II – Análise

### II. I – Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram reiteradas consultas ao sistema eletrônico da ALMT em 27/11/2025, sem identificação de proposições ou normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 1736/2025.

Outrossim, consulta realizada no sistema Intranet deste Parlamento Estadual não identificou documentos apensados ao processo legislativo vinculado à proposição.

### II. II. – Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, e do art. 18 da Constituição Estadual, que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual n.º 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com alterações introduzidas pelas Leis Estaduais n.º 8.548/2006, 10.192/2014, 10.683/2018 e 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal n.º 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.

O artigo 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

### II. III. – Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

#### 1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)

À fl.39, emitido pela Receita Federal em 20/07/2025, constando a data de abertura da entidade em 27/10/2021, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

#### 2) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)

Às fls. 16-34, cópia devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, constando alterações dos novos membros da cooperativa, juntamente com a eleição da nova diretoria e conselho fiscal.

#### 3) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)

Às fls. 04-16, ata da reunião realizada em 13/03/2025 e registrada em 18/07/2025, contendo a composição da Diretoria e Conselho Fiscal.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**4) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)**

À fl. 41-42, firmada pelo Vereador e Presidente da Câmara de Santo Antônio do Leverger/MT, Sr. Rafael Victor Pedroso de Lima, contendo: identificação e CNPJ da associação, e declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral do seus diretores e conselheiros

**5) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 40, Lei Municipal Nº 1.412, de 05/06/2023, sancionada pela então Prefeita Municipal de Santo Antônio do Leverger/MT, Sra. Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires.

**6) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004**

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

“**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública Estadual “ COOPERATIVA DOS CRIADORES DE GADO PANTANEIRO DO MÉDIO PANTANAL LTDA”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 44.034.939/0001-42, com sede na Rodovia 040, S/Nº, Próximo ao Memorial Rondon, Distrito de Mimoso, no Município de Santo Antônio de Leverger-MT, CEP: 78.180-000.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

**7) Requerimento formal do autor da proposição (art. 2º)**

Às fls. 02-03, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 11556/2025, em 05/11/2025, solicitando o reconhecimento da entidade.

**Observa-se que, embora a Cooperativa esteja devidamente registrada na Junta Comercial e seja constituída como uma empresa de responsabilidade limitada (LTDA), ela apresenta a justificativa de não possuir fins lucrativos. Dessa forma, demonstra atender aos requisitos necessários para obtenção do título de Utilidade Pública Estadual.**

Observa-se também, que, a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



### III – Voto do (a) Relator (a)

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 1736/2025, de autoria do Deputado Max Russi.

Sala das Comissões, em 08 de 12 de 2025

### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 1736/2025 – Parecer nº 1280/2025/CCJR	
Reunião da Comissão em	09 / 12 / 2025.
Presidente: Deputado (a)	Eduardo Botelho.
Relator (a): Deputado (a)	Eduardo Botelho.

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei nº 1736/2025, de autoria do Deputado Max Russi.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	